



# XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

## HOMOFOBIA E HETEROSSEXISMO NAS ESCOLAS: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Autor:

Ednildon Ramalho Fideles Júnior

*Universidade Federal da Paraíba – [fydelles@hotmail.com](mailto:fydelles@hotmail.com)*

### Resumo

As diversas alocações acerca da escola e seu papel no que diz respeito à sexualidade de seus alunos tem sido artefato de debate crescente nas últimas décadas, chamando-a para uma contribuição de maneira mais eficaz no enfrentamento do que impede ou dificulta a participação social e política e que, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução de lógicas perversas de opressão e incremento das desigualdades. O ambiente normatizador das instituições escolares tem sido apontado por estudiosos do campo de estudos do gênero e sexualidade, tanto no Brasil como em outros países, onde tem sido ressaltada a produção de masculinidades e feminilidades não-transgressivas. O presente estudo visa discutir os referenciais teóricos predominantes nas pesquisas voltadas à homofobia e heterossexismo nas Escolas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, se por um lado este conceito contribui para a denúncia da violência contra crianças e jovens tidas como LGBTs nestas instituições de ensino, por outro lado é frequentemente entendido dentro de um modelo psicológico que negligencia o quanto comportamentos associados ao bullying estão intrinsecamente ligados a relações sociais de poder e controle. Neste sentido, considera-se aqui indispensável à politização do debate sobre o heterossexismo, o que implica na abordagem do fenômeno da homofobia a partir de uma perspectiva social crítica e interdisciplinar. Cada vez mais a homofobia é percebida como um grave problema social, e a escola é considerada um ambiente decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas inclusivas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Palavras-chave: homofobia, heterossexismo, sexualidade, homossexualidade, inclusão.



# XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

## 1. INTRODUÇÃO

As diversas alocações acerca do papel da escola no que diz respeito à sexualidade de seus alunos tem sido artefato de debate crescente nas últimas décadas. Assim como afirma Souza (1998) acerca da vigilância estabelecida por professoras em relação à sexualidade infantil e de sua função de inculcar nas crianças os comportamentos que elas consideram adequados. O presente artigo objetiva discutir os referenciais teóricos predominantes nas pesquisas voltadas a homofobia e heterossexismo nas Escolas. Propondo uma reflexão acerca de propostas pedagógicas inclusivas como condutor para amenizar os surtos de violência envolvendo tal temática.

A pesquisa é relevante e se justifica pelo fato de ser indispensável à politização do debate sobre o heterossexismo que ocorre nas instituições escolares e seus dados alarmantes da homofobia, o que implica na abordagem do fenômeno da homofobia a partir de uma perspectiva social crítica e interdisciplinar. Em uma visão geral, sexualidade é definida como um conjunto de descobertas, crenças, práticas, escolhas, fantasias, e experiências relacionadas ao ato sexual construído ao longo da vida dos indivíduos. Este se encontra recoberto por valores morais, que são determinados por comportamentos e costumes sociais que dizem respeito ao coletivo (NUNES, 2005).

Neste contexto, com os padrões sociais, todo indivíduo ao nascer é macho ou fêmea e a sociedade é que os molda como homem ou mulher. Segundo Viviani (1996) “O ser humano nascido fêmea terá que percorrer um caminho para se tornar mulher.” Da mesma maneira, podemos ilustrar essa mesma presunção ao “macho” que irá desenvolver seu caminho para se tornar homem na sociedade.

Conseqüentemente com estes conceitos, a sociedade termina recriminando e abolindo tudo que não se encaixe em moldes determinados pela mesma. Mas logo surge uma indagação de como “classificar” o indivíduo que mesmo nascendo “macho” possui uma orientação



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sexual feminina, ou então, ao nascer fêmea adota um comportamento masculino? Teremos assim um grupo denominado homossexuais, que saem dos moldes orientados pela cultura que vivemos, e adentram outra perspectiva que causa espanto e preconceito.

No que se refere à homossexualidade, ressalta Mott (2003) “sexo igual, podendo ser aplicado tanto para homem que se relaciona com homem, quanto para a mulher que se relaciona com mulher”. O termo homossexual foi criado em 1869 pelo jornalista húngaro Benkert, e esta expressão foi bem aceita entre os indivíduos participantes do grupo. Existem muitos outros termos como “gay” que significa “alegre”, “invertido”, “viado” e “bicha”, contudo, são considerados como pejorativos por indivíduos do grupo.

A OMS - Organização Mundial de Saúde, há mais de 10 anos (1993) - conjuntamente com a revisão e publicação da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) - não considera homossexualidade como doença mental. Segundo o DSM III – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais publicado pela American Psychiatric Association – a homossexualidade deixou de ser considerada perversão e passou a ser designada como estilo de comportamento. No Brasil desde 1985 o Conselho Federal de Medicina não considera homossexualidade como desvio sexual.

Homofobia é o receio irracional e a aversão à homossexualidade masculina e feminina e às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), com base em preconceitos, e que é semelhante ao racismo, à xenofobia, ao antissemitismo e ao sexismo, e que se manifesta nas esferas pública e privada sob diferentes formas, nomeadamente discursos de ódio e incitamento à discriminação, ridicularização, violência verbal, psicológica e física, bem como perseguição e assassinio, discriminação em violação do princípio da igualdade e restrições injustificadas e não razoáveis dos direitos, frequentemente dissimuladas em justificações que se prendem com a ordem pública, a liberdade religiosa e o direito à objeção de consciência ( JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2013).



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Sem sombras de dúvidas, um dos palcos onde há um embate entre posições normatizadoras da sexualidade e aquelas que buscam se apropriar deste espaço para justamente questionar os códigos normativos relacionados ao gênero e a sexualidade, é o da orientação sexual nas escolas. Incluída em 1998 como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em nosso país, alguns autores têm enfatizado que a simples inclusão deste tema não garante o respeito à equidade de gênero e a aceitação da diversidade de práticas e identidades sexuais.

Segundo os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), formulado pelo MEC o conceito de gênero é: [...] diz respeito ao conjunto de representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se os de desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social (PCNs, 2000, p. 321-322).

A partir desses conceitos poderemos descartar a idéia de que a sexualidade é algo que somente a natureza é responsável, quando na realidade, é uma característica que dependem de muitos fatores, inclusive do meio onde o indivíduo vive. Assim, é a cultura que constrói o gênero simbolizando as atividades como masculino e feminino.

De acordo com Moreno (2003), “a escola tem como missão aproximar os indivíduos do pensamento científico, dando-lhe conhecimento e desenvolvendo sua inteligência, e costuma cumprir este ato com certa rigidez dogmática”. Esta atitude apóia-se em uma serie de concepções errôneas a respeito do que é a ciência e do que é a inteligência. O sexo é tratado com algo distante do aluno, o aparelho sexual é mostrado, ainda nos dias atuais, como “máquina de reprodução”, tendo o sexo à finalidade da procriação, revelando sua raiz religiosa e os tabus apregoados. O sexo como prazer é raramente comentado na escola e a mesma se esquiva dessa obrigação por temer uma má influência para o aluno, cedendo a pressão de alguns pais sobre a não intervenção da instituição na sexualidade de seus filhos.





# XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Em nossas escolas, temos contemplado o crescente interesse em favor de ações mais abrangentes no enfrentamento da violência, do preconceito e da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Cada vez mais a homofobia é percebida como um grave problema social, e a escola é considerada um espaço decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade, aos direitos humanos e ações inclusivas para essa minoria que tem sido estigmatizada e marginalizada.

## 2. METODOLOGIA

Durante o levantamento bibliográfico, selecionamos autores que discutissem a temática e fomentasse a discussão proposta no objetivo da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se diversos materiais de consulta, tais como livros, revistas, dissertações de mestrado, tese de doutorado e artigos, além de pesquisas em sites especializados. Segundo Cervo (2002), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS

### 3.1 Homofobia e Heterossexismo nas Escolas

A homofobia persiste porque na maior parte das vezes os indivíduos não conhecem a respeito de sexualidade, onde já ficou provado que a homossexualidade não se trata de uma opção e sim uma orientação sexual, ou seja, ninguém decide ser homossexual, mas, já “nasce assim”. A Organização das Nações Unidas (ONU) define a homofobia como "aversão, ódio, medo, preconceito ou discriminação contra homens ou mulheres homossexuais e também pessoas trans e bissexuais" e ainda como "intolerância e desprezo destinados àqueles e àquelas que apresentam uma orientação ou identidade diferente à heterossexual".



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A bibliografia internacional tem demonstrado crítica às escolas como instituições heterossexistas (Mac an Ghail, 1991; Epstein e Johnson, 1994, 1998), uma vez que nelas predominam a presunção da heterossexualidade e o espaço normatizador. Como seqüela disto, adolescentes e jovens que sejam identificados e/ou se identifiquem como gays ou lésbicas são quase sempre marginalizados na sala de aula (Mac na Ghail, 1991). Por este motivo as escolas são vistas quase sempre como locais inseguros para alunos com estas características.

Na esfera escolar, para Bourdieu (2002), “a escola não apenas transmite e constrói conhecimento, mas também reproduz padrões sociais, perpetuando valores e fabricando sujeitos”. A sexologia na escola é sempre ensinada de forma “padrão” colocando como natural os opostos se relacionarem, ou seja, a mulher e o homem, reproduzindo comportamentos ditos “normais”, tudo que passa dessa “verdade” induzida, a escola faz “vistas grossas”, e diz que não está dentro do cronograma de aprendizagem dos alunos.

É notório que o século XXI deu abertura para novos tipos de relacionamentos expostos, levando em consideração que já existiam antes, porém não eram regulamentados em lei. Um bom exemplo são as uniões homoafetivas que vem tomando espaço na sociedade. As escolas precisam se adaptar a estas questões dando subsídio ao aluno para que possa pensar o mundo contemporâneo e sua inclusão social no mesmo. Somente assim, a homofobia futuramente poderá ser olhada por todos como algo não repugnante.

O conceito que os alunos heterossexuais têm a respeito dos alunos homossexuais pode ser muito diversificado e está sujeito às influências como: família, religião e a sociedade em geral. É de suma importância verificar nos tempos atuais esta relação entre alunos ditos “heteros” e os “homos”, pois só assim poderemos identificar em que patamar se encontra o preconceito dentro das instituições escolares, podendo criar formas pedagógicas inclusivas para a princípio, minimizar o preconceito existente e futuramente para se não uma total aceitação, pelo menos uma generalização do respeito para com o próximo. Afinal, é na escola



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que mergulhamos de fato nas primeiras relações sociais e começamos a ser instigados a fazer leitura do mundo.

O termo “heterossexismo” não é muito comum para a maioria das pessoas, porque é muito contemporâneo. Só há relativamente pouco tempo é que tem sido empregado, juntamente com “sexismo” e “racismo”, para nomear uma opressão paralela, que suprime os direitos dos LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros). Heterossexismo descreve uma atitude mental que primeiro categoriza para depois injustamente etiquetar como inferior todo o conjunto de cidadãos. Podemos resumir, afirmando que em uma sociedade heterossexista, a heterossexualidade é tida como normal (padrão) e todas as pessoas são consideradas heterossexuais, salvo prova ao contrário. A heterossexualidade é tida como “natural”, quer em termos de estar próxima do comportamento animal, quer em termos de ser algo inato, e que não necessita de ser ensinado ao aprendido.

### 3.2 Bullying e homofobia

No Brasil, a palavra “Bullying” é utilizada principalmente em relação aos atos agressivos entre alunos e/ou grupos de alunos nas escolas. Até pouco tempo, o que hoje reconhecemos como Bullying, era visto como fatos isolados, “briguinhas de criança”, e normalmente família e escola não tomavam atitude nenhuma a respeito. Atualmente o Bullying é reconhecido como problema crônico nas escolas, e com conseqüências sérias, tanto para vítimas, quanto para agressores. As formas de agressão entre alunos são as mais diversas, como empurrões, pontapés, insultos, espalhar histórias humilhantes, mentiras para implicar a vítima a situações vexatórias, inventar apelidos que ferem a dignidade, captar e difundir imagens (inclusive pela internet), ameaças (enviar mensagens, por exemplo), e a exclusão.

Definido por Olweus (1991), bullying é a exposição de um aluno a ações negativas repetidas por parte de um ou mais estudantes, por um período considerável de tempo. Pode ser direto - sob a forma de ameaça e agressão - ou indireto - como no caso do isolamento e exclusão intencional de algumas atividades a que o aluno é submetido. Para o mesmo autor



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

(Olweus, 1999), tal prática está também relacionada a uma desigualdade de poder, uma vez que a vítima não consegue se defender de forma adequada, por várias razões, como por estar isolada, ser menor ou fisicamente mais frágil ou se sentir inferiorizada em relação àqueles que a perseguem.

Segundo Mishna et al (2007) o bullying homofóbico tem algumas semelhanças e diferenças com os demais tipos, como o sexista e o movido por questões étnico/raciais. Embora todos estes sejam bastante comuns nas escolas, o bullying homofóbico, por estar geralmente disseminado por todo o ambiente escolar, deixa poucos espaços a canais em aberto para que os alunos o possam reportar, o que o torna especialmente perigoso. Um outro fator complicador é o de que sua denúncia pode envolver em alguns casos a revelação sobre a orientação sexual do aluno, o que pode gerar uma vitimização ainda maior do mesmo. Finalmente, as conseqüências e a abordagem do bullying homofóbico são agravadas pelo preconceito em relação à liberdade de orientação sexual presente nos discursos de muitas religiões, presentes também nos vários atores da instituição escolar.

Um estudo desenvolvido por Meyer e Borges (2008), feito a partir de um curso de capacitação de professores para o combate da homofobia no Estado do Rio Grande do Sul, onde aponta forma clara neste sentido. Nesta pesquisa, a maior parte dos docentes relatou grande dificuldade em tratar o assunto em sala de aula, especialmente pelas reações de discriminação e violência às vezes incontroláveis por parte de seus alunos.

Os entrevistados queixaram-se da falta de material didático para abordar o tema da sexualidade de forma transversal, mas também de sua própria falta de preparo para tratar a sexualidade em suas salas de aula, pela ausência desse tema em suas formações enquanto professoras. Os depoimentos mostraram também o receio de que ao abordar o tema da diversidade sexual, sirva de estímulo e contagie uma sexualidade não normativa.





## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O preconceito chega a ser tão desastroso e primitivo, que alguns professores relataram sofrer preconceito e desconfiança sobre eles a partir de seu interesse pelo curso nesta temática e nos momentos em que tentavam dar um retorno aos colegas sobre a formação, como se o próprio fato de participar da formação fosse um sinal de uma conduta sexual reprovável ou imoral. O simples fato de fazer o curso pareceu colocar em xeque sua heterossexualidade e até torná-los vítimas de situações de homofobia. Para os autores do estudo, em geral “os/as professores/as não querem ver a diversidade sexual e a escola não quer se responsabilizar para que não seja preciso intervir e, assim, não seja preciso arcar com o ônus de acolher a discussão sobre a discriminação sexual e a homofobia”.

### 3.4 O que significa?

Assim como negros, judeus, mulheres e outras minorias pedem alterações de alguns termos para se sentirem contemplados (e hoje muitos deles foram aderidos), com o debate sobre os direitos LGBTs em polvorosa, é importante conhecermos algumas expressões para se aplicar em nosso cotidiano.

#### 3.4.1 Use Orientação Sexual:

O termo “**opção sexual**” ofende profundamente o movimento. Uma vez que segundo os mesmos, não fazem escolhas sobre o desejo sexual (ou alguém se lembra quando escolheu ser hetero?), o termo “opção” torna-se pejorativo quando falamos sobre lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. O termo correto para falar sobre sexualidade é “orientação sexual”, uma vez que desejo sexual nos orienta a essa ou aquela forma.

#### 3.4.2 GLS, LGBT ou LGBTT?

Algumas pessoas ainda usam o termo “GLS”, datado da década de 70, quando não existia um questionamento mais profundo sobre os direitos homoafetivos. O termo LGBT contempla lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Outros preferem utilizar LGBTT para dar voz a travestis e transexuais separadamente e não as aglomerando num grupo “transgênero”. A



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ordem L-G-B-T é em respeito ao movimento feminista, uma das bases do movimento LGBT, portanto, além de homenagear as mulheres que lutaram pelos seus direitos, a sigla L vem à frente por questões de visibilidade lésbica. E lembre-se: GLS pode ser usada apenas para fins comerciais, como lojas, hotéis, boates, bares e clubes chamados “*gay friendly*”. Em geral o termo tem caído em desuso, mas sua conotação hoje é muito mais comercial do que política.

### 3.4.3 Homossexualidade sim, Homossexualismo nunca!

Judeus lutaram por muito tempo para o desuso da palavra “judiar”, que era algo que tornava ofensivo para os praticantes de tal religião. O mesmo se aplica a expressão “homossexualismo”, que remete a doença. O termo “homossexualismo” foi criado durante o nazismo para denotar que o *comportamento pederasta* era uma doença. Em 1990, quando a OMS retirou a homoafetividade do seu catálogo de doenças, entendendo que é uma expressão da sexualidade, passou-se a usar o termo “homossexualidade”, uma vez que todo ser humano tem uma sexualidade, sendo ela “homo”, “hetero”, bi, pan ou assexuada. Então, em respeito a todos os homossexuais que sofreram por conta do nazismo, abortou-se o sufixo “ismo” e adotou-se “homossexualidade”, ou “homoafetividade”, ou em outros casos, “homoerótico”.

### 3.4.4 Travestis e Transexuais não são homossexuais.

A sexualidade humana não é dada pelo sexo biológico (aquele que você nasceu), mas pela identidade de gênero (como você se identifica sexualmente). Ou seja, se você nasceu homem, se identifica como homem e tem atração por mulheres, você é heterossexual. Se você é mulher, se identifica como mulher, mas sente atração sexual por outras mulheres, você é homossexual. No caso de uma travesti que nasceu homem, mas se identifica como mulher e tem atração por homens ela é considerada heterossexual. Como a identificação dela é feminina, então ela é “hetero”. Nos relatos das travestis, elas deixam claro que em não se identificarem como gays, simplesmente por que não são. São mulheres que nasceram em corpos masculinos. Porém, se a travesti (nascida homem e com identidade de gênero feminina) se envolve afetivo/sexualmente com outra travesti ou uma mulher, aí sim ela é



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

homossexual. Pode parecer impossível, mas sim, existem travestis e transexuais homossexuais.

### 3.4.5 O Travesti e a Travesti são bem diferentes:

Um ponto que fere profundamente o movimento transgênero é a questão do recorte de gênero, como elas e eles são tratados. Bem, se é uma travesti/transexual **HPM (homem para mulher**, ou seja, nasceu homem e identifica-se como mulher), sempre a trataremos no feminino. As travestis famosas no Brasil, Luisa Marilac, por exemplo ou a transexual Ariadna Arantes. Só utilizamos o **gênero masculino** em casos de transgêneros **MPH (mulher para homem**, tão logo, mulheres que se identificam como homens), como por exemplo o filho da cantora/atriz americana Cher. Por uma questão, primeiramente, de respeito, devemos utilizar o tratamento correto. É agressivo demais a uma travesti ser chamada pelo nome de registro e ser tratada o tempo todo no masculino. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais (CNCD/LGB) estabeleceu parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. A decisão, publicada no Diário Oficial da União (DOU), visa formular orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social. A decisão também garante o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

### 3.4.6 Travesti é uma coisa, Transexual é outra.

Travestis e transexuais são diferentes. Travestis e Transexuais têm em comum a inversão de identidade de gênero (sentem-se como o sexo oposto), mas apenas as transexuais têm aversão ao próprio órgão genital ou sofrem do distúrbio de identidade de gênero. Em geral as transexuais têm um processo de aceitação interna muito mais doloroso e para isso enfrentam



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

todo o processo da mudança de sexo. As transexuais podem realizar a vaginoplastia para acabar com o pesadelo do corpo errado, enquanto que as travestis não se sentem incomodadas com o órgão sexual que nasceram. Por conta dos problemas de aceitação, muitas transexuais cometem suicídio por se sentirem aprisionadas num corpo que não as pertence. A cirurgia de mudança de sexo feminino para masculino ainda é bastante experimental e de efeito meramente estético, enquanto a transexualização masculina para feminina é um procedimento relativamente comum e mantém estrutura complexa para que a transexual tenha prazer em suas relações futuras. Como qualquer outra cirurgia pode haver falhas e a operada não sentir mais prazer com a penetração, mas não é uma regra. Muitas transexuais sentem muito mais prazer após a cirurgia.

### 4 CONCLUSÕES

É notório que o preconceito ainda existe contra pessoas que seguem em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão. Alguns preconceitos são muito explícitos, declarando homossexualidade como algo nojento, enquanto outros apenas se colocam totalmente alheios ao assunto, em um preconceito revestido de indiferença. Podemos concluir que o olhar do heterossexual a respeito do homossexual ainda é embasado em certo preconceito, não existe uma total aceitação no convívio diário com uma pessoa que se declare “gay”, a maioria não se importa com a orientação homossexual de outrem, desde que, este viva sua sexualidade fora do convívio dos ditos homens e mulheres “normais”.

Instituir propostas inclusivas no ambientes escolar é: **Reprimir** os comentários preconceituosos entre os alunos. - **Acolher** e fortalecer os jovens que se isolam do grupo por ter comportamento diferente do padrão - **Promover** um debate franco sobre a necessidade de respeitar as diferentes orientações sexuais - **Incentivar** que os estudantes tirem as próprias conclusões. - **A opinião** do professor sobre o tema deve ser dada apenas no final das discussões - **Apresentar** aos alunos dados e pesquisas sócio-culturais sempre que possível - **Manter** a discussão genérica, sem se intrometer na intimidade da garotada - **Propor**





## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

atividades que favoreçam a participação dos mais tímidos - **Fazer** um "contrato" com a turma para garantir que tudo o que for discutido não seja usado em comentários maldosos nos corredores nem para julgar os colegas - **Convidar** os pais, sempre que possível, a participar de um bate-papo sobre homofobia e diversidade sexual em sala de aula com os estudantes. É preciso muito diálogo e cuidado para não incentivar possíveis preconceitos. Jamais critique os homossexuais e, se perceber que seu aluno ou filho, está nutrindo algum tipo de preconceito, converse sobre isso com ele. Assim como o racismo e o antissemitismo, a homofobia não pode ser tolerada em casa, na rua e muito menos na escola.

### REFERÊNCIAS:

- Bourdieu, P. (2002). A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura (Gouveia, A. J., Trad.). In Nogueira, M. A. & Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação* (pp. 39-64). Petrópolis, RJ: Vozes.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 3.ed. NEW YORK: McGraw-Hill, 1983. 249p.
- EPSTEIN D. and Johnson, R. (1994). On the straight and narrow: the heterosexual presumption, homophobias and schools. In Epstein, D. (Ed.). *Challenging Lesbian and Gay Inequalities in Education*. Buckingham: Open University Press.
- \_\_\_\_\_, (1998). *Schooling Sexualities*. Buckingham: Open University Press.
- MAC AN GHAILL, M. (1991). Schooling, sexuality and male power: towards an emancipatory curriculum. *Gender and Education*, 3, 291–309.
- MEYER, ZM e Borges, DE (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, RJ, v. 16, n. 58, p. 59-76.
- MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina – O sexismo na escola*. 1ª ed. São Paulo/Sp. Moderna/Unicamp, 2003.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

MOTT, Luiz. Homossexualidade: mitos e verdades. 1ª ed. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

MISHNA, F; Newman, PA; Daley, A and Solomon, S. (2007) Bullying of Lesbian and Gay Youth: A Qualitative Investigation. *The British Journal of Social Work* 1-17

NUNES, Cesar Aparecido. Desvendando a sexualidade. 7ª ed. Campinas/SP. Papyrus, 2005

OLWEUS, D., (1991). Bully/Victim Problems Among School Children: Some Basic Facts and Effects of a Schoolbased Intervention Program. In Pepler, D. and Rubin, K. (Eds.) *The Development and Treatment of Childhood Aggression*, (pp. 411–438). Hillsdale, NJ: Earlbaum.

\_\_\_\_\_, (1999). Sweden. In Smith, P.K., Morita, Y., Junger-Tas, J., Olweus, D.

SOUZA, J. F. (1998) Sexualidade nos livros infantis: relações de gênero e outras implicações. In: Meyer, D. (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação.

VIVIANI, Alejandro Luis. Sexualidade: feminina/masculina/org. 1ª ed. São Paulo/SP. Experimento, 1996.

### Sites acessados:

Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> acesso em 12 de março de 2015.

Ministério da saúde (2004). Brasil sem Homofobia - programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF. Disponível na <Internet: [http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004\\_1\\_3.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf) [10 jun 2009]> acesso em 12 de março de 2015.

Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de maio de 2012, sobre a luta contra a homofobia na Europa (2012/2657(RSP. 2015. Disponível em: <[http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/2013\\_C\\_264E\\_09.pdf](http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/2013_C_264E_09.pdf)> acesso em 14 de março de 2015.